

Os Debates sobre Teoria Política Feminista Latino Americana no Brasil Contemporâneo*

Elena de Oliveira Schuck

elena.schuck@gmail.com

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Área temática: Teoria Política

Resumo

A proposta do trabalho é analisar os desafios da inserção do pensamento feminista brasileiro na agenda de pesquisa acadêmica do país. Os desafios a serem identificados partem de reflexões sobre o campo epistemológico, considerando-se os processos de construção de conhecimento consoante às críticas ao colonialismo e à dominação epistemológica eurocentrada. Será problematizada a relação saber-poder desigual Norte/Sul, que suprime formas de saber de povos e/ou nações e incide sobre a produção de conhecimento feminista, ainda vista como marginal. Com essa finalidade o trabalho analisa a obra de um conjunto de autoras e autores, presentes notadamente nas principais revistas feministas do país, que apontam a contribuição pós-colonialista especialmente no que diz respeito à revisão epistemológica das principais categorias presentes no debate feminista e na teoria crítica. Nosso objetivo neste trabalho é de constituir uma breve reflexão sobre as posições das teorias feministas no campo da Ciência Política no Brasil e identificar espaços de possíveis interlocuções com as perspectivas pós-coloniais nas formulações teóricas que discutem relações de poder do panorama brasileiro. A título de conclusão trataremos de refletir sobre a carência destas abordagens na Ciência Política, apontando para os prováveis fatores da não aproximação da temática feminista com os estudos pós-coloniais. Percebemos assim um amplo espaço para as discussões sobre os feminismos de matriz brasileira que envolvam tais ideias, que cruzem as fronteiras geográficas e disciplinares regionais e de uma corrente de pensamento que se inclua enquanto sujeito de produção teórica feminista latino-americana.

Palavras-chave: feminismos; teorias feministas; des/pós-colonialismos; agenda de pesquisa; Ciência Política

*Trabajo preparado para su presentación en el VIII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Pontificia Universidad Católica del Perú, Lima, 22 al 24 de julio de 2015.

Introdução

Este artigo trata do pensamento feminista no Brasil relacionando o seu desenvolvimento à construção de uma agenda de pesquisa acadêmica. O propósito do estudo é aprofundar o entendimento sobre os sentidos e significados do pensamento feminista brasileiro atual, tendo em vista a sua dualidade em um processo constituído pela teoria e pela prática política. Dualidade na qual se aliam reflexão e militância política numa discussão teórico-acadêmica articulada à ação em movimentos sociais. No âmbito da Ciência Política brasileira, assim como na de outras áreas das Ciências Sociais, tal característica, realçada na literatura pertinente (ALVAREZ, 2014), permite falar em *feminismos* no plural. Com efeito, diante das diversas possibilidades de examinar a articulação entre reflexões e práticas sócio-políticas, como pretendido aqui, considera-se imprescindível ter em vista a pluralidade dos movimentos e teorias feministas.

Por este prisma, busca-se identificar os desafios impostos ao pensamento feminista brasileiro na elaboração de suas críticas à democracia e à cidadania. Para tal, considera-se a produção teórico-acadêmica feminista construída no contexto latino-americano. Os desafios a serem identificados partem de reflexões sobre o campo epistemológico, considerando-se os processos de construção de conhecimento consoante às críticas ao colonialismo e à dominação epistemológica eurocentrada. Será problematizada a relação saber-poder desigual Norte/Sul, que suprime formas de saber de povos e/ou nações e incide sobre a produção de conhecimento feminista, ainda vista como marginal.

Nosso objetivo neste trabalho é de constituir uma breve reflexão sobre as posições das teorias feministas no campo da Ciência Política no Brasil e identificar espaços de possíveis interlocuções com as perspectivas pós-coloniais nas formulações teóricas que discutem relações de poder do panorama brasileiro. Para se chegar aos objetivos propostos, partimos da análise de produções feministas em periódicos já consagradas na área, buscando reconhecer em que sentido os aportes presentes na produção acadêmica feminista trazem ontologias pós-coloniais e em que sentido tais aportes são apropriados neste contexto.

De cunho qualitativo, a metodologia utilizada aqui inicia-se o trabalho com a realização de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica, que vem a ser o planejamento inicial de qualquer trabalho acadêmico de pesquisa, é composta pelo problema e objetivos, revisão da literatura, hipóteses, metodologia, análise de dados e considerações finais. Em termos de revisão de literatura e mapeamento do estado da arte, tratamos de pesquisar contribuições sobre teorias políticas feministas e epistemologias feministas e pós-coloniais. Para a análise documental, selecionamos dois periódicos científicos

brasileiros cuja temática principal é feminismo e gênero e, a partir disso, selecionamos para verificação e apreciação artigos cujos títulos e/ou resumos abordassem perspectivas des/pós-coloniais para pensar os feminismos latino-americanos. A fim de dar mais consistência às análises, optamos por analisar as publicações científicas de pesquisadoras (es) vinculadas às universidades brasileiras. As opções metodológicas utilizadas partem de críticas feministas do fazer científico (Milimann & Moss Kanter, 1987; Harding, 1998). As perspectivas qualitativas adotadas são consideradas adequadas à análise dos problemas de pesquisa aqui suscitados, levando-se em consideração a crítica de que metodologias quantitativas e os problemas de pesquisa (tais como cientistas sociais homens estudando o mundo das mulheres) frequentemente omitem certos tipos de informação, as quais podem ser essenciais para a compreensão holística dos fenômenos estudados (MILMANN & MOSS KANTER, 1987, p. 34).

Esse artigo está organizado em três partes. Inicialmente, recapitularemos as contribuições teóricas do feminismo brasileiro para a ciência política como também os estudos feministas de outras regiões, levando-se em conta uma preocupação com a perspectiva teórica e epistemológica feminista nas ciências sociais, bem como a democracia e a cidadania características dessa interlocução. Em um segundo momento trataremos das perspectivas que se encontram nos debates que envolvem as pós-colonialidades e as teorias feministas. Na terceira parte faremos a verificação das interlocuções destes dois campos acima descritos nas produções acadêmicas de periódicos brasileiros, especialmente na Revista Estudos Feministas (UFSC), Cadernos Pagu (UNICAMP), no espaço temporal de 2003 em diante. A título de conclusão trataremos de refletir sobre a carência destas abordagens na Ciência Política, apontando para os prováveis fatores da não aproximação da temática feminista com os estudos pós-coloniais.

1. Os diálogos entre as teorias feministas e a teoria política

Por constituir-se simultaneamente como movimento social e pensamento teórico, como prática política e reflexiva, o feminismo requer que atentemos para as discussões acerca de seu papel enquanto teoria política. O feminismo é uma corrente política da modernidade que cruzou a história contemporânea desde a Revolução Francesa até nossos dias, podendo hoje assumir a forma de um movimento internacional, sendo que suas ideias nunca foram consideradas específicas de um grupo ou de um ambiente (Gargallo, 2009).

O desafio do campo epistemológico permanece central nas reflexões feministas em

função da necessidade de afirmar, recorrentemente, sua existência na reflexão teórica e na construção do conhecimento científico. O pensamento feminista, fruto da elaboração sucessiva de experiências, debates, e polêmicas se faz presente tanto na *ação* quanto na *reflexão* feminista, embora sujeito a questionamentos quanto a sua legitimidade na prática e na teoria. Face à suposta ilegitimidade do interesse conceitual do feminismo, denunciada por Geneviève Fraisse (2011), a reflexão intelectual constrói-se, necessariamente, apoiada na prática, seja ela um acontecimento ou um problema. De outro modo, segundo Fraisse, é fácil reduzir o pensamento feminista a uma mera convicção. Na mesma direção, Carmem Silva (2013) reitera a importância de articulação entre os vários lócus de atuação no trabalho de difusão do pensamento feminista, para que a sociedade confira valor ao feminismo como importante sujeito da construção da democracia.

As perspectivas críticas feministas brasileiras recebem aqui atenção principal. Enfatizamos a relevância da produção teórica feminista brasileira para a construção de perspectivas críticas aos modelos democráticos latino-americanos, identificando desafios epistemológicos, de agenda de pesquisa acadêmica e político-sociais. Entendemos aqui, com auxílio de Carmem Silva (2013) a importância da teoria feminista para questionar a normatização patriarcal, compreender, descrever ou explicar a opressão e exploração das mulheres e lutar pela sua superação, identificar quais estruturas sociais e processos de interação mantêm a dominação masculina e a subordinação feminina. As análises teóricas feministas têm, por consequência, a prática política como objeto para as reflexões acerca do papel do feminismo na construção da democracia.

No Brasil, o feminismo manteve um forte vínculo com a luta pela democracia. As ações políticas de viés feminista no país datam do início do século XX, sendo marcadas pela atuação de sufragistas e anarquistas que reivindicavam o direito à cidadania plena e a emancipação das mulheres trabalhadoras (Pinto, 2003). Nos anos 1970, junto aos avanços dos feminismos da Europa e dos Estados Unidos num contexto de efervescência política e cultural, o movimento feminista brasileiro tomou proporções maiores, assumindo a luta pela democracia num contexto de repressão política e ditadura militar em todo o Cone Sul. Foi no ambiente do regime militar e muito limitado pelas condições que o país vivia na época, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970 (PINTO, 2010). Através do contato com o movimento feminista francês dos anos 1970 muitas militantes passavam a organizar manifestações feministas, as quais o regime militar via com grande desconfiança qualquer por entendê-las como política e moralmente perigosas (ABREU, 2010). Atendo-se às peculiaridades da luta feminista brasileira pela democracia e ao combate à ditadura militar do país, considera-se, nesse trabalho, sobretudo, o pensamento

feminista que problematiza a democracia e a cidadania no contexto latino americano atual.

Os feminismos vêm ganhando espaço no cenário político-social brasileiro, seja por meio dos movimentos sociais que contam com o apoio e a divulgação de amplo alcance das redes sociais – tome-se como exemplo as recentes Marchas das Vadias, com pautas marcadamente feministas, organizadas em diversas capitais brasileiras, seja através de políticas públicas de gênero que reverberam a necessidade de combater discriminações contra as mulheres – violências, participação laboral, participação política, etc. - implementadas por programas institucionais de governo e legislações específicas. Entretanto, a produção teórica feminista e o desenvolvimento de epistemologias específicas e autônomas, necessárias para o combate das discriminações e para afirmação de uma democracia e cidadanias inclusivas e dos direitos humanos das mulheres, parecem não avançar a um ritmo equivalente no cenário político-social do país.

Aproximamo-nos da leitura de Flavia Biroli (2012) para entender o processo quase à margem, senão à margem, das teóricas feministas que buscam, com algumas décadas nos ombros, a constituição de uma epistemologia feminista, nitidamente imbricada com as teorias críticas, pois o feminismo nada mais é que uma construção ou reconstrução crítica da tradição intelectual principalmente do ocidente. Neste sentido trazemos dois momentos de afirmação de um *locus* para a reflexão feminista como um corpo teórico segundo Biroli:

Se em algum momento foi válida a inspirada caracterização de Linda Singer, da teórica feminista como “Bandita”, uma bandoleira que passeia pela história da filosofia, saqueando aquilo que pode ser aproveitado da obra dos pensadores homens (*apud* Young, 1997, p. 23), hoje certamente não é mais assim. Há tradições feministas que estabelecem o enquadramento de suas questões, com um corpo de debates e de conceitos com crescente abrangência e uma sofisticação que, não raras vezes, chega à beira do hermetismo. Tal como aconteceu com o marxismo, a partir sobretudo da segunda metade do século passado, o desafio é não permitir que essa complexidade descole o pensamento sobre o mundo das práticas sociais transformadoras que o feminismo, desde sua origem, se propõe a impulsionar.

No campo da teoria política, o aporte do feminismo se constitui, desde os anos 1980, no principal elemento de renovação e no grande desafio às correntes previamente estabelecidas. Não se trata de um corpo teórico “alternativo” ou da introdução da categoria “gênero” como adendo às preocupações tradicionais da disciplina. O feminismo deslocou os debates centrais da teoria política, recolocando os termos em que é possível discutir, hoje, questões como a democracia, a representação, a justiça, a esfera pública, a sociedade civil, a

autonomia, a igualdade, a cidadania ou o Estado. (BIROLI, p. 8, 2012)

No campo do pensamento social do Brasil, as reflexões feministas vêm um pouco mais devagar. Podemos entender que o processo de inclusão da cidadania feminina acompanhou o processo de democratização. Com isso, estamos trabalhando em dois níveis: questionamos os entraves à democracia surgidos por conta da ditadura militar, bem como os entraves atuais presentes em nossa sociedade já “redemocratizada”. Embora a atual conjuntura política nacional evidencie uma complexidade que requer discussões teóricas aprofundadas e conectadas, os estudos de ciências sociais no Brasil pautam-se por modelos de análises limitantes. Esta crítica é feita por Flavia Biroli (2012), para quem a ciência política produzida no país carece de “pegada teórica”:

No Brasil, a penetração da teoria política feminista ainda é incipiente. A maior parte da ciência política, aqui como em outros países, se prende a modelos simplistas, que estilizam por completo as motivações dos agentes políticos e se limitam a um conjunto bastante restrito de questões, sobretudo os processos eleitorais, o comportamento legislativo e as relações entre os poderes. É uma ciência política sem pegada teórica, fortemente vinculada ao senso comum, portanto incapaz de aderir à agenda de pesquisa que a teoria feminista abre. (*ibid*, p. 10).

Para reforçar a importância que damos à construção de um campo teórico do feminismo, selecionamos dentre outras tantas autoras, as lições de epistemologia de Linda Alcoff e Elizabeth Potter (1993) no sentido da visualização e delimitação de um corpo teórico que possa ser entendido e constituído pelo ideário feminista. De acordo com as autoras, o feminismo fez suas primeiras incursões na filosofia em um movimento direcionado da margem ao centro. Os primeiros trabalhos feministas foram publicados nos campos de ética aplicada, os quais são considerados trabalhos filosóficos “periféricos” por estarem mais distantes de um grau de abstração da realidade material e de uma pretensão à universalidade. A filosofia de viés feminista, embora distante dos conceitos filosóficos “centrais” de universalidade, passou a contribuir para os debates públicos sobre a importância dos movimentos feminista pelo mundo:

Feminists philosophers began to work in the applied areas because feminism is, first and last, a political movement concerned with practical issues, and feminist philosophers understood their intellectual work to be a contribution to the public

debate on crucial practical issues. At first, the more abstract areas of philosophy seemed distant from these concrete concerns. But from the applied areas we moved into more central ones as we began to see the problems produced by androcentrism in aesthetics, ethics, philosophy of science, and finally and fairly recently, in the “core” areas of epistemology and metaphysics. Feminist work in epistemology, as in all other areas, began as a critique of tradition (including a critique of dominant narratives about just what tradition *is*). Although this critique continues, constructive and reconstructive work in the theory of knowledge is emerging today. (ALCOFF E POTTER, p.2, 1993).

Com estas rápidas pinceladas, entendemos que o pensamento feminista deva ser colocado no “plural” - os pensamentos feministas - pois conforme a associação ou a “caixa de ferramentas” de onde se extraem os conceitos para serem criticados, destruídos ou reconstruídos, dá-se a origem às diferentes formas de pensar das teóricas feministas. As associações ora pendem para um feminismo igualitário, com vertentes em disputa conceitual sobre preceitos liberais e marxistas, ora pendem para um feminismo da diferença, cujas vertentes aproximam-se dos pós-estruturalistas e dos pós-modernistas, recebendo influência do pensamento de Foucault, Derrida e demais intelectuais deste campo teórico.

Também surgem leituras e abordagens que postulam uma visão emancipadora e transformadora do feminismo, com o uso dos conceitos tanto de sexo/gênero, raça/etnia e classe, combinando todas estas dimensões para compreender e explicar os fenômenos que ocorrem com as mulheres em nível mundial como a soma de vários fatores que contribuem, em diferentes graus, para as condições de opressão e vulnerabilidade das mulheres. Neste campo identificamos Nancy Fraser, Iris Young, Célia Amorós, Amélia Valcárcel e Maria Luisa Femenías que colaboram com uma visão mais ampla e não menos profunda, estando atentas às ciladas presentes no campo das teorias. Magdalena Valdivieso (2014) ressalta o papel crítico precursor do feminismo nos processos de desconstrução e confrontação dos saberes patriarcais hegemônicos:

[...] al resistirse a la homogenización, al cuestionar la universalidad y al constituirse, desde sus inicios, en un espacio de pensamiento y prácticas cuestionadoras y alternativas éticas al modelo político-cultural dominante, elaboradas desde lugares subalternizados y desde posiciones marginales en espacios tradicionales. La teoría feminista ha sido también una de las principales fuentes del giro cultural que ha permitido pensar la complejidad de la construcción social y cultural de la subjetividad, al negar el sujeto humano abstracto y universal

y revelar una sujeta concreta, femenina y subordinada. (Valdivieso, 2014, p.30)

Trazendo à discussão algumas especificidades do contexto feminista latino-americano, Francesca Gargallo complementa:

Las ideas feministas latinoamericanas han sido doblemente influidas por corrientes feministas y de liberación de las mujeres europeas y estadounidenses, y por la idea latinoamericana de que la liberación es siempre un hecho colectivo, que engendra en el sujeto nuevas formas de verse en relación con otros sujetos. Las feministas transformaron estas influencias en instrumentos aptos para explicarse la revisión que estaban –y están llevando a cabo de las morales sexofóbicas y misóginas latinoamericanas, tanto mestizas como las de los pueblos indo y afrolatinoamericanos contemporáneos. [...] Las críticas a los conceptos y categorías europeas y estadounidenses han acompañado toda la historia del pensamiento en América Latina, porque es imposible recuperar universales (fueran ideas o signos) para interpretar sociedades en donde no hay una unidad política de base. (GARGALLO, 2009, p.34-35)

Piscitelli (2013) avalia que a análise conjunta de aspectos locais e globais se associa a uma ideia de interseccionalidade que vá além das relações entre gênero, raça e classe, incluindo as estratificações baseadas na nacionalidade e vinculadas aos efeitos dos nacionalismos. A partir do final da década de 1990, autoras que poderiam ser incluídas na lista de feministas pós-coloniais auxiliam a promover a ideia de diferença, com atenção para as relações entre diversas comunidades não brancas e entre diversos racismos em contextos específicos. Fazendo referência às publicações de autoras tais como Mary Louise Pratt e Ella Shohat, Gayatri Spivak, Anne McKlintock, Kamala Kempadoo, Avtar Brah, Mary Hawkesworth, Carole Boyce Davies, Lila Abu-Lughod e Maria Cardeira da Silva relacionadas a com contextos outros que não o anglo-saxão:

Esse conjunto de trabalhos observam a necessidade de ampliar a definição do feminismo para incluir todo tipo de luta pelos direitos das mulheres, sem deixar de prestar séria atenção às diferenças, inclusive incompatibilidades, em termo de prioridades, entre feminismos, do Norte e do Sul, dos Estados Unidos e latino-americanos (Shohat, 2002; Costa e Diniz, 1999). [...] A partir de uma crítica feminista pós-colonial, a proposta é considerar essa problemática como emergindo das interseções entre relações de poder estatais, capitalistas, patriarcais e racializadas. (PISCITELLI, 2013, p.387)

Lembramos que foi a autora americana Kate Millet que cunhará o termo *patriarcado* com um significado feminista. Conforme nos ensina Rosa Cobo, Millet “definirá o patriarcado como um sistema de domínio masculino que utiliza um conjunto de estratégias para manter subordinadas as mulheres e, ademais, revelará seu caráter global” (COBO, 2014, p 11). Ou seja, conforme Cobo o patriarcado, portanto, “não é uma unidade ontológica nem uma invariante alheia à história, mas uma antiga e perdurável construção social, cujo traço mais significativo é sua universalidade”.

O patriarcado, em cada sociedade, como o capitalismo, é um sistema que articula e organiza as relações de gênero a partir de diversas variáveis, como a religião, a cultura, a raça, o desenvolvimento econômico ou a organização política, entre outras. Por isso o uso do conceito de patriarcado parece ser relevante ao tratarmos as condições das mulheres desde as visões pós-coloniais.

A luta contra o patriarcado não é separável das lutas pela descolonização e contra o capitalismo, porque não se trata do patriarcado em abstrato, se trata de um muito preciso, este que se sustenta sobre a articulação com outras dominações (Valdivieso, 2014, p.26).

2. A possibilidade dos estudos feministas com interlocução com os estudos pós-coloniais

Para este momento pensamos buscar as possíveis interlocuções já produzidas pelos estudos feministas no Brasil, a partir das revistas temáticas de maior circulação e reconhecimento. A bem dizer a verdade, o que encontramos ainda está no campo da ‘raridade’, estudos ainda muito recentes, como veremos na sessão seguinte. Para nos ajudar a compreender o porquê das acadêmicas feministas brasileiras estarem ainda mais ‘à margem’ dos estudos pós-coloniais, trazemos a colaboração de Rosa Cobo, que nos auxilia a partir de seu texto publicado pelo Boletín Cladem/2014, em que traça uma linha histórica, política e social que vai do surgimento das teorias feministas ao aparecimento das correntes críticas do feminismo eurocêntrico com caráter universalizante. Neste sentido começamos por introduzir sua proposta de utilização do conceito de gênero para abrir os espaços da objetividade científica:

O feminismo tem utilizado o conceito de gênero nestes últimos trinta anos como uma variável de análise que alarga os limites da objetividade científica. A irrupção

dessa variável nas ciências sociais provocou mudanças que já parecem irreversíveis. [...] Há que se fazer do feminismo um referencial necessário, se não se quer ter uma visão distorcida do mundo, nem uma consciência enviesada de nossa espécie. Neste sentido, o gênero é uma categoria de análise necessária, pois amplia os limites da objetividade científica ao mostrar espaços que são cegos para outros paradigmas teóricos (COBO, p.10, 2014).

Além do conceito de gênero, podemos destacar a importância do conceito de patriarcado para realizar a possível interlocução com a poscolonialidade. Como gênero não dará conta da diversidade do 'ser mulher' na América Latina e no Brasil inclusive, precisamos construir um complexo de conceitos que reunirão patriarcado, sexo, gênero e um destaque especial para raça/etnia.

Cabe lembrarmos novamente nosso entendimento de que o feminismo se engendra no campo da igualdade: de um lado, reivindica que os efeitos desse princípio se apliquem às mulheres, e, de outro, converte-se em uma fonte permanente de interpretação às teorias e aos pensadores que excluem as mulheres da igualdade (COBO, 2014, p.15). Como afastar os traços de eurocentrismos pertinentes nos feminismos constituídos dos países do norte e fazer se constituir, a partir das margens, feminismos que tragam as mulheres invisibilizadas até então, e mais do que isso, possibilitem não só o diálogo como uma perspectiva emancipatória para os distintos grupos raciais e étnicos, ou seja, que rompam com as tradições que oprimem as mulheres – porque foram constituídas pela colonialidade – e garantam as expressões de suas diversidades mais criativas e significativas (AMORÓS, 2009; LUGONES, 2008).

Conforme Rosa Cobo permite a leitura de formação da América Latina e Caribe, a partir da vinda dos colonizadores espanhóis, portugueses entre outros, e somado a esta vinda espoliadora das maravilhas da natureza das Américas também trouxeram os e as africanos/as à força, para o trabalho brutal e em condições subhumanas em benefício dos europeus. Para Cobo:

O caso da América Latina é cronologicamente o primeiro colonialismo em que se cruzam variáveis diversas: imposição da religião católica, espoliação econômica, subordinação cultural e políticas que hoje denominamos genocidas com os povos originários. O objetivo dos conquistadores espanhóis foi feito com o poder político, econômico, cultural e religioso e, para isso, foi necessário não só espoliar os povos indígenas de seus recursos mas também de seus valores religiosos e culturais. Contudo, o que nos interessa registrar são as marcas e rastros que as relações coloniais deixaram nas sociedades latino-americanas e que hoje tem uma presença significativa nas vidas das mulheres e nos debates e discussões no interior do movimento feminista.

Séculos de conquista, colonialismo e neocolonialismo conformaram no Ocidente uma ideologia da superioridade frente ao resto do mundo. Esta ideologia da supremacia ocidental edificou-se ao longo dos séculos silenciosamente. De uma forma aparentemente invisível, o Ocidente construiu a figura do ‘outro’: estranho, pouco civilizado, em definitivo, inferior. De fato, hoje o elemento indígena arrasta um subtexto do atraso. E esse subtexto se instalou no imaginário coletivo de tal forma que o originário parece ser um corpo estranho que ameaça desagregar as sociedades latino-americanas em que vivem essas comunidades, apesar de que já se encontravam aí quando chegaram os colonizadores. E não só as comunidades culturais originárias carregam o subtexto do atraso. As comunidades afrodescendentes carregam também o estereótipo fortemente arraigado no imaginário coletivo de certo déficit civilizatório. Os povos originários, de um lado, e as populações afrodescendentes, de outro, são componentes fundamentais da diversidade cultural na América Latina e no Caribe e, ao mesmo tempo, receptores da desigualdade e da invisibilidade cultural (COBO, 2014, pp. 32-33).

Ou seja, Para Rosa Cobo, tanto as mulheres das comunidades inferiorizadas como as que descendem dos colonizadores, foram construídas como as ‘outras’, as outras dos brancos e dos mestiços, as outras dos varões indígenas e as dos afrodescendentes. O feminismo tem que ter a audácia de construir microrrelatos que deem conta das opressões específicas e, ao mesmo tempo, apostar em um macrorrelato que identifique os elementos de opressão que compartilhamos todas as mulheres, com independência de seus pertencimentos específicos a qualquer grupo social. (COBO, 2014, pp. 35-36). Assim, considerando as especificidades históricas e sociais que influenciam os padrões epistemológicos que sustentam o pensamento feminista brasileiro, partimos para a terceira etapa deste trabalho, onde buscaremos trazer à tona parte do panorama de pesquisa feminista que trata das críticas da pós-colonialidade.

3. A produção de trabalhos acadêmicos com diálogo entre feminismo e pós-colonialidades no Brasil

Nesta sessão, nos propomos a analisar a medida em que as produções acadêmicas em periódicos científicos brasileiros promovem a interlocução entre teorias feministas e pós-colonialidades a partir de um viés latino-americano. Partimos da análise da produção da última década de dois periódicos nacionais cujo eixo central trate de feminismos e relações de gênero: Revista de Estudos Feministas, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Cadernos Pagu, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Os critérios utilizados

para a seleção dos artigos analisados foram os termos “pós-colonialismo”, “(des)colonialidades” e “sul global” junto aos termos referentes a perspectivas “feministas” na “América Latina/latino-americanas” encontrados tanto nos títulos quanto nos *abstracts*.

Nossa proposta metodológica qualitativa, que inclui a análise documental de publicações de periódicos feministas brasileiros, pauta-se pela crítica feminista à metodologia científica das ciências sociais feita por Millmann e Moss Kanter (1987):

[...] as abordagens quantitativas falham em captar os elementos mais importantes do mundo social. [...] A sociologia tem se focado no público, oficial, visível, e/ou atores com papéis de muito destaque; enquanto o não-oficial, apoiador, de menor destaque, privado e as esferas invisíveis da vida social e das organizações podem ser igualmente importantes. (MILLMANN & MOSS KANTER, 1987, p. 32).

Neste trabalho, ao analisar um pensamento social ainda às margens, e sua relação com perspectivas críticas à colonialidade dos saberes (Harding, 1998; Sousa Santos, 1995) no âmbito das publicações científicas feministas, não podemos desconsiderar as simetrias de poder, a força resistente do patriarcado e as opressões de gênero, de classe e de raça. Tendo em vista as críticas feministas aos métodos e epistemologias utilizados pelas ciências sociais e suas alternativas, pensamos aqui estarem justificadas nossas escolhas metodológicas.

Considerando os objetivos já mencionados - o de verificar o impacto das perspectivas pós-coloniais no debate sobre a problemática feminista no Brasil - e tendo em vista que os olhares oriundos das margens, as perspectivas des/pos-coloniais ou do sul global envolvem uma abordagem um tanto ampla, e que, ainda, as revistas acadêmicas feministas analisadas possibilitam a publicação de produções não exclusivamente brasileiras, optamos aqui por filtrar as produções acadêmicas publicadas por pesquisadoras vinculadas a universidades brasileiras.

Nos artigos publicados na Revista de Estudos Feministas (REF) desde 2003, foram inicialmente encontrados dez artigos cujos títulos e/ou resumos incluíssem tais inter-relações. Devemos salientar o último dossiê publicado na REF (vol.22 no.2, May/Aug. 2014) cuja temática veio a ser justamente “Cartografias Descoloniales de los Feminismos del Sur”, o qual contou com a contribuição de diversas autoras latino-americanas. Ao final desta filtragem, chegamos em sete artigos produzidos por brasileiras (os).

Karina Bidaseca introduz o dossiê “Cartografias Descoloniales de los Feminismos del Sur”, refletindo sobre a construção de um outro feminismo que emerge no lugar de enunciação da *fisura que habita la subalterna* (BIDASECA, 2014, P. 620-621). Sugere a possibilidade de pensarmos as diversas condições das mulheres que vivem a subalternidade a

partir de um olhar crítico que questionará a construção das teorias feministas ‘do norte’. Cabe ressaltar que a crítica surge exatamente da *fisura que habita la subalterna*, ou seja, quando as grandes teorias e mesmo as teorias feministas colocadas até aqui não dão conta destas realidades subalternas, ou invisíveis, ou que não conseguem falar por si mesmas. Aqui vemos um enorme esforço em trazer ao debate acadêmico estes novos olhares para a realidade social na América Latina.

Os textos apresentados mostram este esforço a começar com o trabalho etnoantropológico de Rita Laura Segato (2014) que utiliza as ferramentas das teorias feministas, as hierarquias de gênero, patriarcado e interage de maneira fascinante os conceitos de colonialidade como quando afirma a ‘intrusão contemporânea’ do Estado no ‘mundo-aldeia’ e com isso um deslocamento de um patriarcado de baixo impacto para um patriarcado de alto impacto proporcionado pela colonialidade/modernidade. Revela ‘caráter permanente colonial do Estado’ em sua maneira de avançar e intervir nas comunidades decompondo ou desfazendo o mundo-aldeia. A expansão e intrusão contemporâneas da frente estatal-empresarial – sempre colonial e também paraestatal – nas comunidades indígenas del Brasil trazem suas consequências para a vida das mulheres. Tais intrusões - modernidade colonial representada pela frente estatal-empresarial–mediático-cristiano -resultam em uma mutação da concepção da norma, e em especial das normativas de gênero nas aldeias indígenas, aprofundando o padrão da colonialidade do poder.

Já Breno Cypriano colabora com a ideia força de uma fidelidade teórico-feminista. Ao trazer que o debate está bastante centrado nos temas da representação (como apontamos acima), reflete sobre a ‘política’ e o ‘político’, em que se faz necessária a constituição do campo da política feminista, trazendo como aporte a ideia de Bidaseca o “Tercer Feminismo”. Esta ideia de Bidaseca:

requiere acudir a procesos históricos recientes, pero vinculados a una matriz colonial para pensar en la genealogía de las violencias. La dominación sobre las mujeres tienen una larga data, tan larga que se confunde con la historia de la humanidad (BIDASECA, 2014, p. 620)

Cypriano (2013, 2014) sugere portanto que se vá além do que hoje se concebe como teoria política feminista, considerando as demandas do Sul global (em especial América Latina), a dimensão participativa e/ou deliberativa dos movimientos sociais na América Latina e a inclusão de vozes feministas dos Estados latinoamericanos. Faz-se necessário construir uma nova ideia de política para o Sul global para que mudanças políticas reais ocorram. Essas irão ocorrer na medida em que se estabeleceram articulações e contatos entre diversas experiências em distintas esferas dos feminismos, abordagens e problematizações

feitas a partir da América Latina.

Claudia Lima Costa (2013) apresenta a sessão Debates da Revista de Estudos Feministas, 21(2), maio-agosto/2013, destacando as tensões entre a crítica pós-colonial e as teorias feministas, especialmente as latinoamericanas, que operam dentro de uma referência epistemológica distinta do modelo que estrutura as relações entre centro e periferia, tradição e modernidade. Costa e Alvarez (2013) defendem os deslocamento teóricos dos signos do ocidente em direção a geografias e linguagens descolonias. Esses deslocamentos podem ser feitos através de políticas tradutórias permeadas pela ideia de tráfico despudorado de teorias e práticas feministas. Esse tráfico ocorre via fronteiras geopolíticas e disciplinares, promovendo o diálogo entre os feminismos das latinas/ mulheres de cor/ feministas pós-coloniais no norte das Américas em diálogo com teorias, práticas, culturas e políticas feministas no sul, e vice-versa.

Reconhecendo a complexidade da reflexão necessária e urgente sobre as intersecções entre o(s) feminismo(s) e o(s) pós-colonialismo(s), concebidos necessariamente como plurais, Sandra Regina Goulart de Almeida (2013) questiona os lugares de fala das mulheres subalternas e/ou pós-coloniais na construção de responsabilidade ética e um posicionamento crítico no contexto do sistema moderno/colonial de gênero/raça. Salienta as reflexões acerca da escuta das subalternas afim de estabelecer uma luta contra a subalternidade como uma forma de descolonização do saber. Defende a construção de uma crítica intervencionista e democrática aberta às histórias alternativas, legíveis e críticas que conte com o apoio das teorizações feministas e pós-coloniais que desestabilizam as bases consolidadas de construção de saber e conhecimento.

Claudia Mayorga busca centrar o olhar nos pontos de tensão, de deslocamento e de rupturas que críticas à noção de gênero, produzidas a partir de problematizações do racismo, do colonialismo e da sexualidade, têm promovido dentro do feminismo. *Análise pensamento de três autoras – Gloria Anzaldúa, Monique Wittig e Ochy Curiel – as quais, ao tratarem do “sujeito do feminismo”* problematizam a pretensa universalidade pela qual gênero foi se configurando e denunciam os efeitos normativos e de invisibilidade em relação às experiências de mulheres negras, lésbicas e do Terceiro Mundo. Identifica a necessidade de descolonizar o feminismo, propondo a (re)construção de um projeto feminista que problematize e analise as dinâmicas de poder que separam as mulheres, reconhecendo as diversas opressões existentes, a hierarquização entre mulheres dentro do próprio feminismo, indicando os efeitos heteronormativos e também racistas e coloniais do gênero.

Quanto aos Cadernos Pagu, apesar de uma pesquisa criteriosa, foi possível visibilizar apenas uma publicação que utilizasse os conceitos de feminismo e pós-colonialismo como

aportes teóricos no enfrentamento da realidade das mulheres brasileiras. Publicado na edição de abril/junho 2014, por Sonia Alvarez, o artigo intitulado “Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista”, propõe uma linguagem conceitual, um aparelho interpretativo e uma nova unidade de análise para repensar as dinâmicas e mudanças dos feminismos no Brasil e América Latina. Na parte final de seu trabalho, Alvarez (2014) situa o momento atual dos feminismos em termos de “*sidestreaming*” (fluxos horizontais), verificando a multiplicação de campos feministas, em especial os *feminismos populares* na cidade e no campo. A autora cita as Vadias, a cena “anarca”, a “galera do hip hop”, as Blogueiras Feministas, as Blogueiras Negras, as “minas do rock” como exemplo de expressões político-culturais lúdicas sinalizam uma *popularização do feminismo*. Alvarez (2014) conclui que o momento atual de mobilizações, protestos e manifestações não institucionalizadas e mais fluidas, e de feminismos cada vez mais plurais e diferenciados entre si e dentro de si, pede uma reavaliação metodológica de como apreender, elucidar e interrogar “os movimentos”. Observa que nesse momento histórico em que se vislumbram novos campos discursivos de ação, que são elementos *permanentes* das formações políticas na modernidade tardia/descolonial, contagiados por e intersectados com feminismos cada vez mais heterogêneos entre e em si mesmos, a política de tradução feminista é uma necessidade urgente e imprescindível.

Dado o número muito baixo de publicações relacionando temáticas feministas e pós-coloniais, percebemos a existência de um campo muito amplo para utilização destes dois conceitos que não se contrapõem e sim podem se complementar na abordagem das diversas e plurais vidas que vivem as brasileiras.

Considerações finais

Enquanto pesquisadora de ciências sociais, política, democracia e feminismos, recentemente deparamo-nos com abordagens pós/descoloniais em diálogo com teorias feministas e buscamos investigar em que medida tais interseccionalidades eram percebidas nessas áreas de estudos, tendo em vista o desafio que o pensamento feminista tem, por si somente, em conquistar espaço na agenda de pesquisa acadêmica brasileira. Buscamos refletir sobre as teorias políticas feministas, especialmente sobre a perspectiva feminista latino-americana que discute as opressões patriarcais junto as opressões e coloniais. Trouxemos algumas problematizações das articulações dos conceitos de feminismo e pós-colonialismo próprios à América Latina e, junto a isso, propusemo-nos ao exercício de garimpar em dois periódicos feministas pesquisas que trabalhem tais conceitos Brasil.

As publicações muito recentes com as quais dialogamos parecem descortinar novas possibilidades de pesquisa acadêmica e proporcionar um enfrentamento mais robusto aos imensos desafios epistemológicos e políticos que se colocam na região da América Latina. Há desafios na construção de teorias que apresentem todas as diversidades existentes e produzam resultados desafiantes de superação das desigualdades, das discriminações e subordinações em que muitas, senão a maioria, das mulheres vivem. As ideias de tráfico de teorias, Sul Global, colonialidades do poder, subalternidade das mulheres, pluralidade de sujeitos feministas, hierarquização entre as mulheres, opressões patriarcais /coloniais/capitalistas, novos campos discursivos descoloniais e políticas de tradução feministas fomentam uma reflexão específica sobre os feminismos a partir de nosso contexto político e geográfico. Percebemos assim um amplo espaço que pode dar lugar às discussões sobre os feminismos de matriz brasileira que envolvam tais ideias, que cruzem as fronteiras geográficas e disciplinares regionais e de uma corrente de pensamento que se inclua enquanto sujeito de produção teórica feminista latino-americana.

Referências bibliográficas

ABREU, Maira Luiza. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris* / Dissertação (mestrado). Campinas, SP : [s. n.], 2010.

ALCOFF, Linda e POTTER, Elizabeth. *Feminist Epistemologies*. Routledge, New York, 1993.

ALVAREZ, SONIA E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *CADERNOS PAGU* (43), janeiro-junho de 2014:13-56.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Intervenções feministas: pós-colonialismo, poder e subalternidade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto/2013.

AMORÓS, Célia. *La gran diferencia sus pequeñas consecuencias para las luchas de las mujeres*. Ediciones Cátedra, Universitat de Valencia, Instituto de la Mujer, 3ª edición, Madrid, 2007.

_____. *Tiempo de Feminismo. Sobre Feminismo, Proyecto Ilustrado y Postmodernidad*. Ediciones Cátedra, Universitat de Valencia, Instituto de la Mujer, 3ª edición, Madrid, 2008.

_____. *Vetas de Ilustración: reflexiones sobre feminismo e islam*. Coleção Feminismos. Ediciones Cátedra. Universitat Valencia: Instituto de la Mujer, 2009.

BIDASECA, Karina. Cartografias descoloniales de los feminismos del sur. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(2): 304, maio-agosto/2014.

BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe. *Teoria Política e feminismo, abordagens brasileiras*. Editora Belo Horizonte, Vinhedo, SP, 2012.

COBO, Rosa Bedía. *Aproximações a teoria crítica feminista*. CLADEM boletín, 2014-10-21

COSTA, Cláudia de Lima; ALVAREZ, Sonia E. A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto/2013.

COSTA, Claudia Lima. Feminismos e pós-colonialismos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto/2013.

CURIEL, OCHY. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe. *Género con clase*. MAYO, 2012.

CYPRIANO, Breno. LA IDEA FEMINISTA DE LA POLÍTICA DESDE EL SUR GLOBAL. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(2): 304, maio-agosto/2014

_____. Construções do pensamento feminista latino-americano. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013.

FEMENIAS, Maria Luisa. Un esbozo de un feminismo latinoamericano. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(1): 280, janeiro-abril/2007.

FRAISSE, Geneviève. La Fabrique du Féminisme. Textes et entretiens. Paris: Le passager clandestin, 2012.

FRASER, Nancy. *Fortunes of Feminism. From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis*. Verso: Brooklyn, 2013.

_____. *How feminism became capitalism's handmaiden - and how to reclaim it*. The Guardian, 14/10/2013.

GARGALLO Francesca. *Ideas feministas latinoamericanas*. México: Universidad de la ciudad de México, 2009.

Bernardino-Costa, Joaze. Migração, trabalho doméstico e afeto. *Cad. Pagu*, Dez 2012, no.39, p.447-459.

HARDING, Sandra. *Is Science Multicultural? Postcolonialisms, feminisms and epistemologies*. Bloomington: Indiana University Press, 1998.

LUGONES, María. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, nº 9, julio-diciembre, 2008, pp 73-101. Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca. Bogotá, Colômbia

MAYORGA, Claudia; COURA, Alba; MIRALLES, Nerea; MARTINS CUNHA, Vivane. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(2): 304, maio-agosto/2014.

MILLMANN & MOSS KANTER. Introduction to another voice: feminist perspectives on social life and social science. In: *Feminism and Methodology. Social Sciences Issues*. Org: HARDING, Sandra. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010

_____. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas

sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 377-404.

SEGATO, Rita Laura. el SEXO Y LA NORMA: FRENTE ESTATAL, PATRIARCADO, DESPOSESIÓN, COLONIDAD. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(2): 304, maio-agosto/2014.

SILVA, Carmen. O desafio das publicações feministas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(2): 625-635, maio-agosto/2013.

SOUSA SANTOS, Boaventura: *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. 1992 -14 de -São Paulo: Cortez, 2013.

VALCÁRCEL, Amelia. *Feminismo en el mundo global*. Ediciones Cátedra, Universitat de Valencia, Instituto de la Mujer, 4ª edición, Madrid, 2012.

VALDIVIESO, M, Aportes e incidencia de los feminismos en el debate sobre ciudadanía y democracia en América Latina. *Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe / Magdalena Valdivieso ... [et.al.]*; Coordinado por Alba Carosio. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, p. 20, 2012.

YOUNG, Iris. Representação política, identidade e minorias. *Revista Lua Nova*, São Paulo, 67: 39-140, 2006.